

Nomes Ficticionais e Nomes Vazios: Crítica à Teoria da Referência sem Referentes de Mark Sainsbury

Fictional Names and Empty Names: a Critique of Mark Sainsbury's Theory of Reference without Referents

Italo Lins Lemos

(Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Resumo

Mark Sainsbury apresentou através da sua teoria da Referência sem Referentes (RSR) um caminho intermediário entre a teoria da referência direta de Stuart Mill e o descritivismo de Frege. A maior virtude da RSR é que ela permite que expressões que contêm nomes vazios (como 'Vulcano é um planeta que orbita entre o sol e Mercúrio') sejam ao mesmo tempo inteligíveis e passíveis de ser valoradas como verdadeiras ou falsas. Por outro lado, a partir da distinção que François Recanati (2018) estabelece entre declarações ficcionais, metaficcionais e paraficcionais, o objetivo neste artigo é o de argumentar que a RSR gera valores de verdade indesejados para as declarações que contêm nomes ficcionais. Como proposta para lidar com o problema, lançamos as linhas gerais da teoria artefactual de Amie Thomasson (1999) e da teoria dos dois modos de predicação de Peter van Inwagen (1977/1983) e Edward Zalta (1983) de modo que os nomes ficcionais são genuínos e referentes a artefatos abstratos.

Palavras-chave: Nomes ficcionais. Nomes vazios. Referência. Metafísica. Semântica.

Abstract

Mark Sainsbury presented through his theory of Reference without Referents (RWR) a road between Stuart Mill's theory of direct reference and Frege's descriptivism. RWR's biggest virtue is that it enables expressions that contain empty names (such as 'Vulcan is a planet that orbits between the sun and Mercury') to be at the same time intelligible and subject to be valued as true or false. On the other hand, establishing as a standpoint François Recanati's (2018) distinction between fictional, metafictional and parafictional utterances, my objective in this paper is to argue that RWR generates unwanted truth values for utterances that contain fictional names. As an attempt to deal with the problem, I sketch the general lines of Amie Thomasson's (1999) artifactual theory and Peter van Inwagen's (1977/1983) and Edward Zalta's (1983) theory of two modes of predication, just so we might conceive of fictional names as genuine names that refer to abstract artifacts.

Keywords: Fictional names. Empty names. Reference. Metaphysics. Semantics.

1 O problema dos nomes vazios

O caso paradigmático da referência são os nomes próprios como 'Chico Buarque' ou 'Rio de Janeiro'. Quando emprego o nome 'Chico Buarque' na sentença 'Chico Buarque é o melhor compositor da história da música popular brasileira', estou predicando uma propriedade (a de ser o melhor compositor da música popular brasileira) a Chico Buarque. A relação de correspondência entre as palavras e as coisas apresentada acima pode parecer um truísmo na medida em que sabemos que Chico Buarque existe — afinal de contas ele pode ser encontrado no espaço e no tempo e ele mantém relações causais no mundo —; e mesmo que a atribuição de tal propriedade possa ser disputada entre apreciadores da música brasileira, é ao menos indisputável que tal sentença é inteligível e passível de ser avaliada como sendo verdadeira ou falsa a depender da adequação entre o que foi expresso e seu referido estado de coisas no mundo¹.

Por outro lado, nem todos os nomes possuem referentes. Na história das teorias científicas, 'Vulcano' foi tomado por Le Verrier (1811-1877) como denotando um planeta que orbita entre o sol e Mercúrio; mas, em função da teoria da relatividade de Albert Einstein, a existência desse suposto planeta foi desacreditada. Na mitologia, os cidadãos da Grécia Antiga usavam o nome 'Zeus' para denotar uma entidade sumamente poderosa que regia o Monte Olimpo; mas acreditar na existência de Zeus ou dos

¹ Ela será verdadeira se Chico Buarque for o maior compositor da música popular brasileira e falsa se ele não o for. A dificuldade estaria em determinar o critério que tornaria tal sentença verdadeira ou falsa (consulta aos especialistas, análise da quantidade de cds vendidos, impacto na cultura nacional ou apreço da população?).

deuses do Olimpo é hoje tão implausível como acreditar na existência das criaturas do folclore brasileiro. Não obstante, as sentenças 'Vulcano orbita entre o sol e Mercúrio' e 'Zeus é o deus dos céus e dos trovões' são bem formadas e têm sentido. Os nomes sem referentes (ou nomes vazios) levantam o desafio de explicar como sentenças com nomes vazios podem ser inteligíveis e possuir valores de verdade.

Apesar do problema dos existenciais negativos e o tratamento da relação entre linguagem e mundo datar de tão longe como ao *Sofista* de Platão ou ao *Sobre a Interpretação* de Aristóteles, foi apenas ao final do período moderno que teorias da referência ganharam sistematização. Grosseiramente falando, o debate contemporâneo se divide em duas tradições: a da referência direta (originada por Stuart Mill) e a descritivista (originada por Gottlob Frege).

Segundo Stuart Mill, o referente de um nome próprio não é determinado por sua conotação, mas por sua denotação. Se o referente de um nome próprio fosse determinado por sua conotação, a Guerra dos Cem anos deveria ter durado exatos 100 ao invés de 116 anos; e Dartmouth College deveria estar situada na foz do Rio Dart ao invés de estar localizada às margens do Rio Connecticut. Se esse fosse o caso, então seríamos forçados a reconhecer que estamos equivocados ao chamar a Guerra dos 100 anos de 'Guerra dos 100 anos' e Dartmouth College de 'Dartmouth College' e deveríamos chamá-los respectivamente de 'Guerra dos 116 anos' e 'Connecticut River College' — o que é um absurdo. Mill argumenta que o sentido de um nome próprio é o seu referente, ou seja, que o sentido do nome próprio

'Dartmouth College' é a instituição Dartmouth College, mesmo que não haja qualquer relação com o Rio Dart.

Frege propôs outra linha de análise ao observar a diferença de valor cognitivo entre relações de identidade como $a=a$ e $a=b$. Vejamos o clássico exemplo de 'Hesperus' (estrela da tarde) e 'Phosphorus' (estrela da manhã), que são dois nomes atribuídos ao planeta Vênus. A relação de identidade estabelecida em $Hesperus = Hesperus$ ($a=a$) é verdadeira, não-informativa e *a priori*, pois é uma consequência da aceitação do princípio de identidade que todo objeto seja idêntico a si próprio. Entretanto, a relação de identidade $Hesperus = Phosphorus$ também é verdadeira, mas informativa e *a posteriori*, pois foi somente através de investigações empíricas — ao invés de uma análise exclusivamente conceitual — que descobrimos que Hesperus é Phosphorus. Assim, a função de um nome próprio não seria apenas denotativa e o sentido de um nome não seria o seu referente, mas um modo de se apresentar um referente.

Concluimos que na sentença 'Chico Buarque é o melhor compositor da história da música popular brasileira' o sentido do nome próprio 'Chico Buarque' é Chico Buarque (Mill) ou um modo de apresentação de Chico Buarque (Frege). Ambas as teorias são robustas e há atualmente um longo debate sobre qual delas se sobressai como a mais consistente. Todavia, as duas teorias enfrentam problemas com nomes vazios e mundos possíveis, respectivamente.

Para os Millianos, o problema seria o de determinar o papel que nomes vazios como 'Vulcano' exercem em nossa linguagem, dado que eles não possuem conotação nem denotação — afinal de contas, são nomes que não possuem referentes e portanto não teriam sentido. Ou

‘Vulcano’ e tantos outros nomes vazios não são inteligíveis ou eles denotam algum tipo de objeto existente — nenhuma das duas opções é uma solução do problema, mas uma negação da legitimidade do problema. Para os Fregeanos, a questão não seria a de lidar com nomes vazios, mas a de superar as objeções de Saul Kripke. Segundo Kripke (1980), nomes próprios são designadores rígidos (isso é, eles designam o mesmo objeto em todos os mundos possíveis) e, por isso, nomes próprios e descrições não são co-referenciais: há mundos possíveis em que ‘o melhor compositor da música popular brasileira’ designa Caetano Veloso, por exemplo.

Mark Sainsbury (2005) buscou um caminho intermediário entre a teoria da referência direta e o descritivismo. Em sua teoria da referência sem referentes (RSR daqui em diante) ele manteve, de um lado, a intuição Fregeana de que é possível exprimirmos sentenças inteligíveis mesmo quando elas contêm nomes vazios², e de outro a intuição de Kripke de que nomes próprios (e, para Sainsbury, também descrições definidas) são designadores rígidos. Seguindo ainda Kripke, Sainsbury argumenta que os nomes próprios são fixados em um ato de batismo e transmitidos em uma comunidade de falantes através de uma cadeia de comunicação. Ainda, como será discutido na próxima seção, Sainsbury adotou a Lógica Livre Negativa de Tyler Burge (1974) em detrimento da Lógica Clássica e se escorou no axioma de que as proposições referenciais estão associadas às condições de referência ao invés do próprio referente.

Não obstante, o objetivo deste artigo não é criticar os fundamentos da RSR, nem mostrar que a RSR não se

² Por outro lado, na Lógica Livre Fregeana tais sentenças não possuiriam valores de verdade.

aplica ao caso dos nomes vazios. Pelo contrário, acreditamos que a RSR é uma teoria elegante e robusta que soluciona um problema que é o calcanhar de Aquiles dos filósofos da linguagem que participam dos debates contemporâneos. Por outro lado, o nosso objetivo neste artigo é o de argumentar que a RSR não é a teoria mais apropriada para tratar da semântica do discurso ficcional porque ela gera valores de verdade indesejados em todos os níveis dos enunciados que envolvem nomes de personagens ficcionais. Acreditamos que o problema da argumentação de Sainsbury está em considerar que os nomes de personagens ficcionais como 'Gregor Samsa' e 'Sherlock Holmes' são nomes vazios (assim como 'Vulcano' e 'Zeus') quando, na verdade, os nomes ficcionais deveriam ser tomados como nomes genuínos.

Na próxima seção, apresentaremos, de modo geral, as 12 teses que compõem a RSR e aprofundaremos em quatro de suas teses mais importantes. Na terceira seção, reconstruiremos a aplicação da RSR de Sainsbury à semântica do discurso ficcional e introduziremos as distinções que François Recanati (2018) estabelece entre declarações ficcionais, metaficcionais e paraficcionais. Ainda nessa seção, mostraremos no que consiste a inadequação dos valores de verdade gerados pela RSR em todos os níveis do discurso ficcional. Na quarta seção, argumentaremos que é preferível considerar nomes ficcionais como nomes genuínos ao invés de nomes vazios e nos apropriaremos da teoria artefactual de Amie Thomasson (1999) e da distinção entre os dois tipos de predicação desenvolvida por Edward Zalta (1983) e Peter van Inwagen (1983), de modo a oferecer uma teoria que é,

ao mesmo tempo, unificada e coerente para o discurso ficcional³.

2 Mark Sainsbury e a referência sem referentes (RSR)

O objetivo de Sainsbury em sua teoria da RSR é o de mostrar como são possíveis sentenças inteligíveis que contêm nomes vazios. Ou ainda: como é possível atribuir propriedades a entidades que não existem e ainda assim gerar uma sentença que pode ser verdadeira ou falsa. Apresentaremos as 12 teses da semântica da RSR e, em seguida, analisaremos em maiores detalhes as teses mais salientes para a análise dos nomes ficcionais, a saber (3), (4), (5) e (9).

Tese 1: "Há expressões referenciais singulares (como muitos nomes próprios) e plurais (como nomes compostos: 'Platão e Aristóteles')." (Sainsbury, 2005, p. 45).

Tese 2: "Há expressões referenciais simples (como muitos nomes próprios) e complexas (como nomes compostos e várias espécies de descrições definidas." (*idem*, p. 46).

Tese 3: "Algumas expressões referenciais inteligíveis não têm referentes." (*ibidem*).

Tese 4: "Uma expressão referencial sem um referente pode ocorrer em verdade (ex: 'Vulcano não existe')." (*ibidem*).

Tese 5: "A teoria semântica é governada pela lógica livre negativa (LNL) ao invés da lógica clássica." (*ibidem*).

³ Salientamos que nenhum dos livros e artigos citados neste trabalho encontra-se traduzido para o português brasileiro. Desse modo, o leitor pode considerar que todas as citações foram traduzidas pelo autor deste artigo e que a omissão da expressão 'tradução nossa' ao final das citações se deu para evitar a repetição e a redundância.

Tese 6: "A referência é uma relação absoluta, e não é relativa a mundos." (*ibidem*).

Tese 7: "Expressões referenciais são designadores rígidos e constituem uma categoria semântica uniforme." (*ibidem*).

Tese 8: "Uma expressão referencial singular respeita a condição: se ela refere a x e a y, então $x = y$." (*ibidem*).

Tese 9: "Na teoria semântica, expressões referenciais estão associadas às condições de referência ao invés dos referentes. Um exemplo: para todo x ('Hesperus' refere a x sse $x = \text{Hesperus}$)." (*ibidem*).

Tese 10: "Teoremas semânticos são comumente (e idealmente) homofônicos." (*ibidem*).

Tese 11: "Às expressões co-referenciais podem ser atribuídas distintas condições de referência." (*ibidem*).

Tese 12: "Sentenças sujeito-predicado estão associadas às condições de verdade Ockhamistas ao invés de Strawsonianas." (*ibidem*).

A Tese 3 marca um ponto de divergência entre Sainsbury e o Millianismo: se há expressões referenciais inteligíveis que contêm nomes próprios sem referentes, então o sentido de um nome próprio não é meramente o objeto ao qual um nome próprio se direciona. Um Milliano poderia argumentar que tais expressões que contêm nomes vazios foram declaradas como um fingimento de um ato ilocucionário efetivo, de modo que a sua inteligibilidade seria parasitária da existência de outras entidades. Mas esse não parece ser o caso. Le Verrier postulou Vulcano em sua teoria científica (e se ele fosse um filósofo, diríamos que também em sua ontologia) de modo *de re* ao invés de *de dicto*. Le Verrier não participou de qualquer jogo de faz-de-contas e nós, quando falamos

de Vulcano, referimo-nos à mesma entidade sobre a qual Le Verrier estava falando. Por essa razão, devemos conceber tais declarações de forma literal.

A sentença ‘Vulcano é o planeta que postulado por Le Verrier’ é inteligível porque podemos proferi-la em um ato comunicativo e entreter tal estado de coisas sem incorrer em contradição. Entretanto, sabemos que essa sentença deve ser considerada falsa porque não existe tal coisa como Vulcano e algo que não existe não pode ser um planeta⁴. Analisemos abaixo o recurso da paráfrase de Bertrand Russell a fim de tornar explícita a presente argumentação.

(1) Vulcano é o planeta que foi postulado por Le Verrier.

(1a) $\exists x$ (x é um planeta \wedge x foi postulado por Le Verrier).

(1b) Há um x tal que: (a) x é um planeta; (b) x foi postulado por Le Verrier; (c) para todo y , y é um planeta e foi postulado por Le Verrier se $y = x$.

Sabemos que a declaração (1) é falsa porque (1a) expressa a forma lógica de (1) e Vulcano não pode ser o valor da variável em (a) na paráfrase (1b). O recurso da paráfrase é recomendado para a detecção de entidades não-existentes e para a manutenção de uma ontologia não inflacionada. Porém, uma das consequências indesejadas das paráfrases é que todas as declarações que contêm nomes vazios serão consideradas falsas. A Tese 4 de Sainsbury sustenta uma afirmação contraditória

⁴ Note-se que há outro sentido em que ‘Vulcano é o planeta postulado por Le Verrier’; poderia ser considerada falsa: no caso de Vulcano não ser um planeta, mas uma cidade, por exemplo.

a essa consequência: é possível que algumas sentenças que contêm nomes vazios sejam verdadeiras. Declarações com existenciais negativos acerca de entidades não-existentes (como 'Vulcano não existe') e declarações de negação de propriedades que objetos não exemplificam (como 'Vulcano não é uma cidade') devem ser consideradas verdadeiras e essas atribuições são semanticamente consistentes em função da Tese 5.

A adoção da Lógica Livre Negativa em detrimento da Lógica Proposicional Clássica é um recurso conveniente para Sainsbury. Especialmente porque, na Lógica Livre Negativa, o quantificador existencial é neutro quanto à existência factual da variável quantificada — que, por sua vez, é um dos comprometimentos essenciais da Lógica Proposicional Clássica. Seguindo a articulação da Lógica Livre Negativa de Tyler Burge (1974), Sainsbury argumenta que

Nessa versão simples da Lógica Livre Negativa não há espaço para que as expressões referenciais tenham escopos significativamente diferentes em relação aos operadores de primeira ordem. E isso é aceitável quando diz respeito às condições de verdade de existenciais negativos, com o 'existe' sendo tratado como um predicado normal de primeiro nível. Assim 'Vulcano existe' será formalizado como tendo a estrutura ' $\exists x$ ' e a interpretação desejada atribuirá D para 'existe' (ou uma letra correspondente) e nada para 'Vulcano' (ou uma letra correspondente). 'Vulcano existe' será formalizado como falso e 'Vulcano não existe' será formalizado como sua negação, e portanto como verdadeiro. (SAINSBURY, 2005, p. 70).

Por fim, a Tese 9 da RSR é que as “expressões referenciais estão associadas às condições de referência ao invés dos referentes” (idem, p. 46). As condições de referência de um nome são aquelas do modelo Kripkeano: em primeiro lugar é necessário que haja um ato de batismo com um nome próprio ou uma série de descrições e que, em seguida, a transmissão desses nomes ou descrições remeta à atribuição do ato de batismo⁵. Nesse sentido, até mesmo os nomes vazios participam do processo de batismo e transmissão, mas para usar uma expressão de Keith Donnellan (1974), sofrem uma espécie de um ‘bloqueio’: ou o batismo não possui um objeto relacionado ou nenhum objeto satisfaz as descrições das intenções do ato de batismo. Apesar do bloqueio, ainda somos capazes de referir a Vulcano através da cadeia iniciada por Le Verrier — e a única diferença é que essa seria uma referência sem referentes.

A teoria de Sainsbury possui diversas ramificações que não foram contempladas aqui em função do recorte do problema dos nomes vazios e nomes ficcionais. A sua teoria é complexa e abrangente e trata ainda de nomes próprios, expressões anafóricas e referências mentais. Uma apreciação crítica mais detalhada dos fundamentos da RSR pode ser encontrada nos trabalhos de Anthony Everett (2014) e García-Carpintero (2008). Não obstante, apresentaremos nesta seção as motivações que considero centrais para que Sainsbury sustente com plausibilidade que sentenças que contêm nomes vazios são inteligíveis (o que marca o seu distanciamento com o Millianismo) e

⁵ Sainsbury está ciente da possibilidade de mudança de referência detectada por Evans (1982) e reconhece que o mesmo processo se aplica aos nomes vazios (Sainsbury, 2005, capítulo 3).

podem ser verdadeiras ou falsas (o que marca o seu distanciamento com o Fregeanismo). Analisemos, a seguir, a aplicação da sua teoria ao caso da semântica do discurso ficcional e as razões pelas quais considero a RSR inadequada para a ficção.

3 Nomes ficcionais são nomes vazios?

Há ao menos um sentido em que é claramente plausível afirmar que personagens ficcionais não existem. Se os autores de obras de literatura ou cinema tiverem a intenção de retratar os seus personagens como sendo indivíduos que exemplificam as propriedades {ocupa um lugar no espaço e no tempo} e {mantém relações causais no mundo}, então os autores de ficção falham em sua tentativa de estabelecer um referente para o nome de seu personagem. O fracasso ocorreria em função do descumprimento de ao menos uma das duas condições de referência de Kripke: o batismo de um nome ficcional não possui um objeto relacionado (se um autor introduz um nome próprio ou descrição que não seleciona um objeto no mundo) ou não há um objeto que satisfaça as descrições atribuídas por um autor ao apresentar um personagem em determinada obra (se nenhum objeto exemplificar as propriedades atribuídas ao personagem).

Nesse sentido, é evidente que, em nosso mundo, nenhum objeto que ocupa um lugar no espaço e no tempo satisfaz a descrição atribuída a Gregor Samsa quando Franz Kafka relata, em *A Metamorfose*, que houve um indivíduo que, em certa manhã, encontrou-se transformado em um inseto monstruoso. Além disso, certamente não há qualquer objeto com o qual possamos interagir causalmente que satisfaça a descrição atribuída a

Sherlock Holmes quando Conan Doyle relata, em *Um Estudo em Vermelho*, que houve um detetive muito sagaz que morou no número 221b da Rua Baker em Londres e solucionou uma série de assassinatos a mando do *Scotland Yard*. A lista desses personagens continua indefinidamente⁶. Portanto, parece legítimo concluir que Gregor Samsa e Sherlock Holmes não existem e desse modo ‘Gregor Samsa’ e ‘Sherlock Holmes’ são nomes vazios e autores de ficção fazem referência sem referentes.

Por outro lado, o objetivo desta seção é o de mostrar que, apesar do raciocínio acima ser elegante e bem articulado, a teoria da RSR de Sainsbury não se mantém coerente frente à semântica do discurso ficcional. François Recanati (2018) analisou no que consistem as declarações ficcionais, metaficcionais e paraficcionais e, a partir de sua análise, explicitaremos como a RSR fornece valores de verdade inadequados para todos os três níveis do discurso ficcional.

As declarações ficcionais são emitidas quando um nome próprio ou descrição de um personagem ficcional ocorrem em uma obra de ficção. Por exemplo, quando encontramos a seguinte sentença em uma das obras de Conan Doyle: (2) ‘Sherlock Holmes balançou a sua cabeça e acendeu o seu cachimbo’⁷. Segundo Sainsbury, “nomes ficcionais pertencem à categoria geral de nomes, e então recebem os axiomas homofônicos padrão” como “para todo x (‘Sherlock Holmes’ refere a x sse x = Sherlock

⁶ Apesar de ainda haver espaço para debate sobre o estatuto metafísico de entidades que não são nativas da ficção, como Napoleão em *Guerra e Paz* e a Londres das histórias de Holmes (Cf. PARSONS, p. 51, 1980).

⁷ Os três exemplos a seguir envolvendo Sherlock Holmes foram retirados de Recanati (2018).

Holmes)” (SAINSBURY, 2005, p. 202). Como Sherlock Holmes não existe, ele não pode ser a variável em “x balançou a sua cabeça e acendeu o seu cachimbo”, de modo que (2) é falsa. Para Sainsbury, como mencionei na seção anterior, uma declaração ficcional raramente será verdadeira: apenas quando ela nega a existência de um personagem ficcional ou quando nega um atributo que ele não pode exemplificar⁸.

O problema que Sainsbury enfrenta em relação às declarações ficcionais é que, levando em consideração que há casos em que uma história nos indica que o narrador não é confiável (como em *A Volta do Parafuso* de Henry James) ou que um personagem é um mentiroso (como João Grilo em *O Auto da Compadecida*), nem todas as declarações ficcionais envolvem os mesmos atos de fala. Há declarações que são verdadeiras ou falsas *internamente* à ficção e esses valores de verdade não são estabelecidos pelos mesmos critérios que as tornam verdadeiras ou falsas *externamente* à ficção. Mas se podemos falar de narradores não confiáveis e personagens mentirosos é porque, em algum sentido, a noção de verdade está em jogo na ficção. Sainsbury se preocupa apenas com os critérios externos para o estabelecimento dos valores de verdade, mas isso não é suficiente para a nossa compreensão do discurso ficcional.

As declarações metaficcionais não são expressas em uma obra de ficção, mas as emitimos quando atribuímos determinadas propriedades aos personagens ficcionais, mesmo que tais propriedades não sejam extraídas diretamente de declarações ficcionais. Por

⁸ Há ainda o caso das expressões com nomes próprios imigrantes à ficção (como ‘Napoleão’ em *Guerra e Paz*) poderem ser verdadeiras. Mas Sainsbury não aprofunda a sua análise dos nomes nativos e imigrantes à ficção.

exemplo, quando afirmamos que (3) ‘Sherlock Holmes é um personagem ficcional criado por Conan Doyle. Ele apareceu pela primeira vez em uma obra impressa em 1887, em *Um Estudo em Vermelho*. De acordo com as obras de Conan Doyle, Sherlock Holmes não é um personagem ficcional que foi criado por um escritor inglês. Tomar as histórias de Sherlock Holmes desse modo seria interpretar de modo equivocado a maior parte dos acontecimentos descritos nelas. Sherlock Holmes, no que diz respeito às declarações ficcionais e contrariamente às declarações metaficcionais, é um sagaz detetive de carne e osso que mora na cidade de Londres.

É em função das declarações metaficcionais que a teoria de Sainsbury se mostra inadequada para o discurso ficcional e onde reside a maior força da nossa objeção à aplicação da RSR à semântica do discurso ficcional. Como Inwagen (1977/1983) argumentaria se utilizasse o vocabulário que estou empregando, devemos tomar as declarações metaficcionais de modo literal, sendo (3) uma sentença verdadeira. Se ‘Sherlock Holmes é um personagem ficcional’ for uma sentença falsa, devemos então abandonar não apenas as nossas intuições básicas e a inteligibilidade das declarações metaficcionais, mas também considerar os discursos da crítica literária e cinematográfica um puro devaneio — afinal de contas, os críticos diriam somente falsidades sobre entidades que não existem. Por outro lado, se (3) é uma sentença verdadeira, então nomes ficcionais não são nomes vazios. Tratarei dessa possibilidade na próxima seção.

Por fim, as declarações paraficcionais são aquelas que contêm prefixos como ‘de acordo com a seguinte obra de ficção’ ou ‘segundo a história ficcional apresentada pelo autor’, como por exemplo (4) ‘*De acordo com as histórias*

de Conan Doyle, Sherlock Holmes é um detetive britânico sagaz que toca violino e investiga casos para vários clientes, incluindo o *Scotland Yard*. Esses prefixos são usados para qualificar uma declaração ficcional e têm como função restringir o escopo do enunciado ao campo da história de ficção, mudando assim o direcionamento das declarações: ao invés de se direcionarem ao mundo efetivo e se referirem a objetos que ocupam um lugar no espaço e no tempo e que mantêm relações causais no mundo — caso tenham esse direcionamento — elas remetem ao conteúdo interno da ficção. Consequentemente, alguns dos valores de verdade de declarações ficcionais serão invertidos.

Novamente, sentenças como (4) devem ser consideradas verdadeiras, pois são fundamentais para a compreensão e apreciação de uma obra de ficção. E realmente é o caso de que, segundo *Um Estudo em Vermelho*, o personagem Sherlock Holmes é retratado como um detetive sagaz. Semelhantemente à objeção que apresentaremos a respeito das declarações ficcionais, mas desta vez sem recorrer a narradores não confiáveis ou a personagens mentirosos, é preciso mostrar em que sentido uma sentença como (5) 'Segundo a ficção, Sherlock Holmes é um detetive' e (6) 'Segundo a ficção, Sherlock Holmes é um fazendeiro' são igualmente falsas. Sainsbury (2005, p. 203) argumenta que a distinção entre (5) e (6) é que (5) é fiel à história enquanto (6) é infiel. Mas a diferença entre (5) e (6) parece ser outra quando usamos tais prefixos: que (5) é verdadeira e (6) falsa porque segundo a obra de ficção (5) é realmente o caso.

Nesta seção, mostraremos, a partir da distinção que Recanati faz entre declarações ficcionais, metaficcionais e paraficcionais, que a teoria da Referência sem Referentes

de Mark Sainsbury gera valores de verdade indesejáveis nos três níveis dos discursos ficcionais. Na próxima seção argumentaremos que não devemos então tomar os nomes ficcionais como sendo nomes vazios e que, desse modo, geraremos valores de verdade coerentes às nossas práticas literárias.

4 Nomes ficcionais não são nomes vazios

Nesta seção, apresentaremos a teoria artefactual de Amie Thomasson (1999/2003) e a teoria dos dois modos de predicação de Peter van Inwagen (1977/1983) e Edward Zalta (1983). Por uma questão de espaço, a minha exposição será esquemática e uma apreciação mais detalhada tanto do problema metafísico como semântico poderá ser encontrada em minha tese de doutorado (a ser publicada em 2020). O nosso objetivo, desse modo, é o de pontuar que o problema enfrentado por Sainsbury pode ser superado na medida em que concebermos os personagens ficcionais como sendo artefatos abstratos e os nomes ficcionais como sendo nomes genuínos. A conclusão à qual chegaremos não levará a uma refutação da teoria da Referência sem Referentes — que considero satisfatória para a semântica dos nomes vazios — mas ao reconhecimento de que essa não é a teoria mais apropriada para tratar da semântica do discurso ficcional.

Amie Thomasson (1999, p. 5) inicia a sua análise da metafísica dos personagens ficcionais a partir da seguinte pergunta: “se postulássemos objetos ficcionais, o que eles seriam?”. Essa pergunta pode ser tomada como um bom ponto de partida porque não nos compromete de antemão com a existência de personagens ficcionais e coloca no centro da nossa investigação aquele que deve

ser o fator mais importante a ser avaliado: as nossas práticas literárias.

Ao observarmos nossas práticas literárias (ou cinematográficas, teatrais, etc.) notamos que concebemos os personagens ficcionais como sendo criados por autores em contextos históricos específicos. Nós comumente afirmamos que os autores são criativos — essa seria até mesmo a característica mais proeminente dos artistas — e não temos qualquer dificuldade em reconhecer que o personagem Gregor Samsa é uma criação de Franz Kafka ou que a personagem Alma é uma criação de Ingmar Bergman. Para se convencer de que este é o caso basta ir a uma livraria e ler o que está escrito na capa ou na folha de rosto de uma cópia de *A Metamorfose*, ou assistir a *Persona* e esperar os nomes do diretor e do roteirista do filme rolaem nos créditos finais. Encaramos o processo de autoria com tanta seriedade que chamamos de ‘plágio’ a apropriação indevida e de ‘pirataria’ a reprodução ilegal de um trabalho de outrem.

Se personagens ficcionais são criados, então, eles são artefatos. Mas diferentemente de cadeiras e mesas, que são artefatos concretos, os personagens ficcionais não se encontram no espaço e no tempo. Eles não estão literalmente nos lugares em que as obras afirmam em que eles estão (afinal, nenhum detetive com as mesmas propriedades atribuídas a Sherlock Holmes pode ser encontrado na cidade de Londres), nem em um livro (apenas a tinta que compõe as sentenças escritas estão no livro; e se os personagens lá estivessem, eles estariam em todos os lugares em que houvesse uma cópia da obra em que eles aparecem, o que é um absurdo), nem na imaginação do autor (se estivessem, os personagens ficcionais desapareceriam quando da morte do autor ou

quando o autor deixasse de pensar nesse personagem, o que é um absurdo). Se personagens ficcionais não estão em lugar algum, então eles são artefatos abstratos.

Os personagens ficcionais, apesar de serem abstratos, não se confundem com as entidades abstratas metafisicamente carregadas de Platão. Os *abstracta* platônicos são imutáveis e eternos, enquanto os personagens ficcionais podem ser mutáveis (eles podem mudar de propriedades nas sequências de uma obra) e temporais: eles são criados quando um autor atribui um nome próprio ou ao menos uma descrição a um personagem em uma linguagem pública; e podem deixar de existir quando os registros (como livros, *pen drives* ou até mesmo as memórias de indivíduos que conhecem a história em que um dado personagem aparece) são destruídos. Nesse sentido, os personagens ficcionais não seriam entidades metafisicamente anômalas, mas entidades contingentes semelhantes a tantas outras com as quais estamos familiarizados como obras de literatura, teorias filosóficas e transações comerciais, para mencionar algumas.

Se nomes ficcionais referem a certos artefatos abstratos — e não a indivíduos que estão no espaço e no tempo —, então os nomes ficcionais respeitam as condições de referência propostas por Kripke e, contrariamente ao que Sainsbury defende, não devem ser considerados nomes vazios. Com esse novo panorama em vista, consideremos agora o tipo de análise que podemos fornecer a respeito dos enunciados ficcionais, metaficcionais e paraficcionais.

Declaração ficcional: (2) ‘Sherlock Holmes balançou a sua cabeça e acendeu o seu cachimbo’.

Declaração metaficcional: (3) 'Sherlock Holmes é um personagem ficcional criado por Conan Doyle. Ele apareceu pela primeira vez em uma obra impressa em 1887, em *Um Estudo em Vermelho*.

Declaração paraficcional: (4) '*De acordo com as histórias de Conan Doyle*, Sherlock Holmes é um detetive britânico sagaz que toca violino e investiga casos para vários clientes, incluindo o *Scotland Yard*.

Podemos tomar os enunciados metaficcionais e paraficcionais literalmente e (3) e (4) expressam proposições verdadeiras: Sherlock Holmes é um personagem ficcional criado por Conan Doyle (note que 'Sherlock Holmes é um planeta do sistema solar' é falsa) e de acordo com as histórias de Conan Doyle, Sherlock Holmes é um detetive britânico sagaz (note que 'de acordo com as histórias de Conan Doyle, Sherlock Holmes nasceu em Mercúrio' é falsa).

As divergências entre os realistas da ficção se tornam explícitas quando analisamos declarações ficcionais como (2). John Searle (1975), Amie Thomasson (2003), Saul Kripke (2013) e François Recanati (2018) defendem que as declarações ficcionais não devem ser tomadas literalmente, mas como um faz-de-contas ou fingimento que são parasitários de atos de fala efetivos. A motivação deles para essa tese é que as propriedades predicadas nos enunciados ficcionais e metaficcionais não são compatíveis: em primeiro lugar, em relação às declarações ficcionais, entidades abstratas não podem balançar a cabeça ou fumar cachimbos; em segundo lugar, não podemos exportar as propriedades das declarações metaficcionais às declarações ficcionais e paraficcionais: de acordo com as histórias de Conan Doyle, é falso que

Sherlock Holmes seja um personagem ficcional (afinal, ele é retratado como um ser humano).

O problema com a tese apresentada pelos autores acima é que, se compreendermos as declarações ficcionais como fingimento, teremos uma análise mista e *ad hoc* da semântica do discurso ficcional (com declarações que devem ser tomadas como fingimento e declarações que devem ser tomadas de modo literal) e traremos de volta ao coração da discussão o problema dos nomes vazios, pois os nomes próprios das declarações ficcionais refeririam a nada.

Nesse sentido, proponho a teoria dos dois modos de predicação de Peter van Inwagen (1977/1983) e Edward Zalta (1983). Inwagen e Zalta, apesar de não convergirem em suas análises da metafísica dos personagens ficcionais e da semântica do discurso ficcional⁹, entendem que predicamos propriedades aos personagens ficcionais de dois modos distintos: em declarações metaficcionais os personagens possuem/exemplificam (*have* para Inwagen e *exemplify* para Zalta) as suas propriedades, assim como os objetos concretos possuem as suas propriedades; e, em declarações ficcionais, eles as mantêm/codificam (*hold* para Inwagen e *encode* para Zalta). Sherlock Holmes possui tanto as propriedades de ser um detetive como a de ser um personagem ficcional, mas o modo de predicação de tais propriedades não é o mesmo: ele codifica a propriedade de ser um detetive e exemplifica a de ser um personagem ficcional.

⁹ Inwagen defende que personagens ficcionais existem e são entidades às quais a crítica literária faz referência; Zalta defende uma leitura Meinonguiana (especificamente Mallyana) dos personagens ficcionais, que seriam entidades que não existem, mas que possuem um modo de subsistência e, portanto, um conjunto de propriedades.

Diferentemente do que Sainsbury argumentou, ao postularmos personagens ficcionais em nossa ontologia e aceitarmos os dois tipos de predicação, teremos uma teoria coerente e unificada da semântica do discurso ficcional. Desse modo, o problema dos nomes vazios não deverá ser uma preocupação para os teóricos da ficção porque teremos condições de referência adequadas para os nomes ficcionais, assim como temos para os demais nomes genuínos.

5 Considerações finais

Mark Sainsbury, através da sua teoria da Referência sem Referentes (RSR), encontrou um caminho intermediário entre a teoria da referência direta de Stuart Mill e o descritivismo de Frege. Considero a RSR uma teoria satisfatória na medida em que responde, de modo original e convincente, parte considerável dos problemas relacionados à semântica dos nomes vazios. Por outro lado, espero ter argumentado de modo igualmente satisfatório que a RSR não é adequada para a semântica do discurso ficcional. Para resolver o problema que Sainsbury enfrenta defendemos que se deve conceber os personagens ficcionais como artefatos abstratos, de modo que os nomes ficcionais referem a esses artefatos e portanto não são nomes vazios. Por fim, propus uma análise unificada dos três tipos de declarações que envolvem nomes ficcionais a partir de dois modos de predicação: codificação (ficcional) e exemplificam (metaficcional).

Referências

- ADAMS, Fred *et al.* The Semantics of Fictional Names. *In: Pacific Philosophical Quarterly*, v. 78, p. 128-48, 1997.
- BURGE, Tyler. Truth and Singular Terms. *In: Noûs*, v. 8, p. 309-25, 1974.
- DONNELLAN, Keith. Speaking of Nothing. *In: The Philosophical Review*, v. 83, n. 1, p. 3-31, 1974.
- EVANS, Gareth. **The Varieties of Reference**. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- EVERETT, Anthony. Sainsbury on Thinking about Fictional Things. *In: Acta Analytica*, v. 29, n. 2, p. 181-194, 2014.
- FREGE, Gottlob. Sense and Reference. **The Philosophical Review**, v. 57, n. 3, p. 209-30, 1948.
- GARCIA-CARPINTERO, Manuel. Assertion and Fiction. *In: GOLDBERG, Sanford (ed.), The Oxford Handbook of Assertion*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- GOLDBERG, Sanford. Homophonic Prejudices. **Revista Hispanoamericana de Filosofia**, v. 40, n. 120, pp. 67-84, 2008.
- INWAGEN, Peter Van. Fiction and Metaphysics. **Philosophy and Literature**, v. 7, p. 66-77, 1983.
- INWAGEN, Peter Van. Creatures of Fiction. **American Philosophical Quarterly**, v. 14, p. 299-308, 1977.
- KRIPKE, Saul. **Reference and Existence**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.
- KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- LEWIS, David. Truth in Fiction. **American Philosophical Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 37-46, 1978.
- MARTINICH, A. P.; STROLL, A. **Much Ado about Nonexistence: fiction and reference**. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

MEINONG, Alexius. On the Theory of Objects. *In: Realism and the Background of Phenomenology*, editado por Roderick Chisholm. Atascadero, California: Ridgeview, 1960.

MILL, John Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive**: being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation. Nova Iorque: Harper, 1846.

PARSONS, Terence. **Nonexistent Objects**. New Haven: Yale University Press, 1980.

QUINE, W. V. O. On What There Is. *In: From a Logical Point of View*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953.

RECANATI, François. II - Fictional, Metafictional, Parafictional. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 118, n. 1, p. 25-54, 2018.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *In: The Philosophy of Language*, editado por A. P. Martinich, 2. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

SAINSBURY, Mark. **Fiction and Fictionalism**. Londres: Routledge, 2009.

SAINSBURY, Mark. **Reference Without Referents**. Londres: Oxford University Press, 2005.

SALMON, Nathan. Nonexistence. **Noûs**, v. 32, n. 3, p. 277-319, 1998.

SEARLE, John. **The Construction of Social Reality**. Nova Iorque: The Free Press, 1995.

SEARLE, John. The Logical Status of Fictional Discourse. **New Literary History**, v. 6, n. 2, pp. 319-332, 1975.

SOLODKOFF, Tatjana von & WOODWARD, Richard. To Have and To Hold. *In: Philosophical Issues*, n. 27, p. 407-427, 2017.

THOMASSON, Amie. Speaking of Fictional Characters. **Dialectica**, v. 57, n. 2, p. 205-23, 2003.

THOMASSON, Amie. **Fiction and Metaphysics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WALTON, Kendall. **Mimesis as Make-Believe**: on the foundations of the representational arts. Londres: Harvard University Press, 1990.

ZALTA, Edward. Referring to Fictional Characters. **Dialectica**, v. 57, n. 2, p. 243-254, 2003.

ZALTA, Edward. **Abstract Objects**: an introduction to axiomatic metaphysics. Boston: Kluwer, 1983.

Italo Lins Lemos

Mestre e Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador visitante em Dartmouth College.

Agências de Fomento

CAPES; Dartmouth College; Universidade Federal de Santa Catarina.
Bolsista CAPES PDSE (Edital n. 47/2017), Processo n. 88881.186885/2018-01.

Submetido: 15/04/2019

Aprovado: 30/04/2019